

BOLÍVIA

Sindicatos apóiam suspensão do pagamento da dívida

Os dirigentes sindicais máximos bolivianos aprovaram ontem um acordo preliminar entre o governo e a Central Operária (COB), pelo qual a Bolívia suspenderá o pagamento de sua dívida aos bancos privados internacionais, embora continue a exigir mudanças na política econômica oficial.

Apesar da suspensão dos pagamentos, os Estados Unidos continuarão prestando ajuda econômica e técnica à Bolívia, declarou o ministro de Relações Exteriores, Gustavo Fernández, depois de uma reunião do presidente Siles Zuazo com o embaixador norte-americano em La Paz, Edwin Corr.

A informação não foi confirmada pelo diplomata norte-americano, mas soube-se que, durante o encontro, Siles Zuazo teria

esclarecido a Edwin Corr que a Bolívia deseja apenas um adiamento dos juros e amortizações.

Segundo o governo, o adiamento se manteria até que se negociem novas datas para cumprir os compromissos. Existem, contudo, diferenças de interpretação, pois os trabalhadores entendem que a suspensão estará vigente até que o país esteja em condições de efetuar os pagamentos, com base numa recuperação real de seu aparelho produtivo.

Embora tenham aprovado a suspensão de pagamentos, os trabalhadores rejeitaram a proposta oficial de um aumento de salários de 130%. Decidiram também manter a greve que paralisa parcialmente o Banco Central desde 12 de abril.

A greve dos bancários impediu até agora a aplicação das medidas financeiras anunciadas. Os trabalhadores se opõem à criação de uma junta monetária e de uma gerência de fiscalização, porque consideram que ambas retirariam do banco o controle monetário que exerce até agora.

A COB manteve também a decisão de exigir a renúncia dos ministros do setor econômico, por achar que sua presença no governo impossibilitaria a execução dos acordos com o presidente Siles Zuazo.

Uma das principais reivindicações do organismo máximo sindical boliviano é a renegociação da dívida com governos amigos e organismos internacionais, com adiamento dos pagamentos aos consórcios internacionais.